

Mobilização em defesa do serviço público federal: ADUR-RJ e SINTUR participam do Dia Nacional de Lutas contra as reformas neoliberais

Em 17 de abril, servidores públicos federais de diferentes movimentos sociais se reuniram na cidade do Rio de Janeiro para protestarem contra as reformas neoliberais do governo Lula. Criticaram também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que não altera sua política de submissão ao mercado, em detrimento do ataque às conquistas dos trabalhadores.

Os presentes, dentre eles representantes da ADUR-RJ e do SINTUR, se posicionaram contra a Reforma Universitária e contra as agressões a autonomia das Instituições de Ensino Superior. Também se mobilizaram pelo cumprimento da pauta de reivindicação dos servidores públicos federais, referente à Campanha Salarial 2007, assim como protestaram contra a violência no campo, defendendo a luta pela terra.

Na ocasião, representantes do MST, do ANDES-SN, da Conlutas, da Intersindical, do Sinasefe, dentre outras entidades participantes, engrossaram o coro que seguiu da Candelária à Cinelândia: “um, dois, três, quatro, cinco mil. Ou se pára o PAC ou paramos o Brasil”.

Lutar contra as políticas neoliberais de Lula da Silva, defender a pauta da Campanha Salarial de 2007 foram as principais razões que levaram manifestantes a marcharem em todos os estados no último dia 17. Também ocorreram atos em todo o país no último dia 1º de maio, quando entidades classistas se manifestaram contra as reformas neoliberais, em defesa de melhores condições salariais, no Dia Internacional do Trabalho. **Leia mais nas páginas 7 e 8**

Governo aprova Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).
A Profa. Celia Regina Otranto, diretora da ADUR-RJ, comenta o Decreto 6096/07 e conchama a comunidade universitária – docentes, técnico-administrativos e discentes – ao debate.

Páginas 2-3

Confira listagem dos professores que serão ressarcidos pela Unimed, por desconto indevido

Página 6

RECADASTRAMENTO DE PROFESSORES

Caro docente, por favor, atualize seus dados cadastrais. Entre no site da ADUR (www.adur-rj.org.br) e clique no link **Recadastramento de Professores**. Basta preencher a ficha com as suas informações e clicar em **ENVIAR**. Agradecemos pela colaboração.



Governo aprova Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que altera a graduação nas IFES

DECRETO N o 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007;

186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULADA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Publicado no Diário Oficial da União, em 25 de abril de 2007

ADUR INFORMA PÁGINA 2

Professora comenta o Decreto 6.096/07 e conclama comunidade universitária ao debate

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que “Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), exige discussão profunda e urgente com docentes, discentes e técnicos administrativos da UFRRJ, pois propõe mudanças significativas na estrutura dos cursos de graduação das universidades federais.

Os debates devem ser feitos com urgência porque cada instituição pode postular o seu ingresso no Programa, “respeitada a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária” (art 4º). Isso significa que cada instituição decidirá sua entrada no Programa e, ainda, as estratégias para a realização dos objetivos.

Numa breve análise do Decreto, alguns pontos já podem ser levantados para subsidiar o debate.

O primeiro diz respeito ao objetivo do Programa que é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (art. 1º). O texto passa a idéia de que a expansão das universidades federais será feita aproveitando sua já sobrecarregada estrutura física e recursos humanos existentes, que, segundo o MEC, está sendo subutilizada, não necessitando, portanto de investimentos para a ampliação de ambos.

O mesmo artigo, em seu § 1º, estabelece como “meta global”, o aumento da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, e a relação de um professor para 18 alunos. Vale destacar que a proporcionalidade professor/aluno instituída no Decreto acabará mascarando o déficit de professores existentes em nossa Universidade, que nos obriga a contratar professores substitutos. O que faremos com as salas que só cabem, no máximo, 40 alunos? E as aulas práticas? Lembramos que para atingirmos a relação professor/aluno proposta, as turmas precisarão ser “inchadas”, talvez com, no mínimo 80 alunos. Precisaríamos aumentar, possivelmente, em 50% ou mais, a

quantidade de estudantes por turma. Como adequar essa proposição às características de nossa Universidade e às especificidades dos diferentes cursos? Como serão desenvolvidas, por exemplo, as aulas de Prática de Ensino? E as aulas nos laboratórios? Como fica a qualidade dos cursos, mesmo nas aulas teóricas? E a pesquisa e a extensão?

Não só por este documento, mas por todas as propostas emanadas pelo atual governo, fica clara a intenção de dissociar o ensino superior da pesquisa e da extensão. Embora o discurso seja sempre o inverso, na prática se estabelecem políticas distintas, reforçando a idéia de “escolões”, onde, pelas suas características e pela estrutura proposta, os docentes dificilmente poderão desenvolver pesquisa e/ou extensão. Ao mesmo tempo, incentivam “centros de produção científica e tecnológica”, gerando em muitos casos, separações dentro da estrutura universitária. Isso tem uma conseqüência imediata na qualidade de nosso trabalho: ao invés de se apontar para um docente que participe da produção de novos conhecimentos, que estabeleça uma comunicação com a sociedade que leve para as suas aulas de graduação esta bagagem, teremos um que faz (mais) pesquisa, um outro que praticamente só dá aula e outro que consegue conduzir (mais) atividades de extensão. Quando se discute a relação aluno/professor, sem estas considerações, está se escamoteando (intencionalmente ou não) esta questão. Esta fragmentação reforça (e facilita) também uma política de dependência tecnológica, que tem sido a tônica dos últimos governos.

Precisamos lutar por novas contratações para suprir a criação dos novos cursos, em especial os noturnos, para repor vagas por aposentadorias, demissões e mortes, para ampliar a pós-graduação, etc. Na lógica do Decreto, a reposição dessas vagas pode não ser mais necessária.

O art. 2º apresenta as diretrizes do Programa. No inciso I elas incluem a “redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno”. Como ampliar os cursos noturnos sem contratar novos docentes e técnico-administrativos?

No inciso IV há a indicação de diversificação das modalidades de graduação, “preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada”. Essa é proposta da chamada “Universidade Nova” que defende os *Bacharelados Interdisciplinares* (BI), com duração de 3 anos, como etapa inicial da formação superior, fornecendo um diploma de bacharel em área geral de conhecimento. A seleção seria, então, dupla, no ingresso e ao final do BI, quando os estudantes seriam direcionados para os cursos profissionalizantes propriamente ditos – que seriam os mais valorizados na universidade, dirigidos à elite. Como o estudante pode sair com um diploma ao final do BI, isso aumentaria significativamente a taxa de conclusão citada no § 1º do art. 1º.

O artigo 3º trata dos recursos financeiros que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação. Ele informa que será limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, no período de 5 anos que tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade e, ainda, que está condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC. O art. 7º estipula que “as despesas decorrentes deste decreto ocorrerão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC”. Isso significa que não há recursos novos disponíveis e sim uma redistribuição dos recursos existentes no orçamento do MEC. Se relacionarmos esses artigos com as disposições previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que limitam gastos com contratação e reajuste de servidores públicos, constata-se que, de fato, não há previsão de novos recursos.

Diante dessa análise preliminar do Decreto 6.096/2007 e suas possíveis implicações na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, reafirmamos a necessidade de sua imediata discussão pela Comunidade Universitária.

Celia Regina Otranto

Vice-Presidente da ADUR-RJ. S. Sind.
Coordenadora do GTPE/ADUR-RJ.

Exemplo de Mobilização: filiados da ADURN vencem oposição para participar do Congresso do ANDES-SN

O 26º Congresso do ANDES-SN certamente ficará na memória dos filiados da ADURN (Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Por pouco, a seção sindical da base do ANDES-SN não enviou delegados para o evento mais importante do Sindicato Nacional, realizado em fevereiro, em Campina Grande (PB). Porém, alguns sindicalizados conseguiram reverter o quadro, promovendo verdadeira mobilização dentre os filiados da ADURN. Em menos de 24 horas, na véspera do Carnaval, obtiveram 284 assinaturas que obrigavam a Diretoria da Seção sindical a convocar, de acordo com o seu Regimento, nova Assembleia da categoria. Primeira não ocorreu por falta de quorum.

A Assembleia ocorreu e contando com a presença de pouco mais de cem associados (quorum mínimo é de 42 docentes) debateu os temas do 26º Congresso e elegeu a delegação que representaria a Associação de Docentes no Congresso do ANDES-SN, contrariando as previsões em contrário.

Almir Serra Martins Menezes Filho, professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, filiado à ADURN, e atual 3º Vice-presidente do ANDES-SN, e **Raimundo Nonato Nunes** - sindicalizado da ADURN há 26 anos, professor do Departamento de Educação Física, em entrevista ao ADUR Informa, relataram o processo de mobilização vivido pela Seção sindical do Rio Grande do Norte, recentemente. Mensagens de agradecimento não faltaram. Após a realização da Assembleia e da deliberação de enviar delegados ao Congresso do Sindicato Nacional, muitos filiados fizeram coro, enviando e-mails a Almir Menezes e a Raimundo Nonato, parabenizando o grupo pelo grande feito.

As mensagens dizem: “precisamos de união na luta para conseguirmos retomar a nossa ADURN das mãos dos que querem destruí-la. Estarei sempre disposto a participar da construção de um grupo capaz de conseguir esse objetivo maior”, disse um professor da Engenharia Mecânica. Outro, do Departamento de Enfermagem, afirmou: “Vocês foram brilhantes e mostraram, para os que ainda duvidavam, que uma luta se ganha com competência...”. E mais um, do Departamento de Matemática Aplicada agradeceu: “Valeu mesmo, amigos. Ainda há luz no fim do túnel, graças a Deus e aos bravos do passado bem recente. Inquietos e inquebrantáveis”.

Por que a ADURN correu o risco de não participar do último Congresso do ANDES-SN?

Almir: Após a eleição de 2004 para a diretoria do ANDES, um grupo de pessoas que foram derrotadas durante o processo, procuraram montar uma nova entidade – PROIFES (Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior) – com a ajuda do governo federal. A partir da criação do Proifes, algumas seções sindicais pretenderam se afastar do ANDES-SN, para enfraquecer o sindicato no confronto natural entre os trabalhadores e o patrão, que, no nosso caso, é o governo. O processo veio se acelerando, e na ADURN, os ataques contra o ANDES-SN aumentaram, por meio de mentiras e ofensas gratuitas, calúnias e acusações sem fundamentos. A atual Diretoria da ADURN acha que o Congresso do ANDES-SN, assim como o próprio Sindicato Nacional, é “desimportante” para os professores, esquecendo de todo o passado histórico protagonizado pelo ANDES-SN nesses últimos 25 anos. Esse grupo, partindo do falso discurso de democracia, chamou uma Assembleia numa quinta-feira, pela manhã, antes do Carnaval. A Assembleia não deu quorum porque a própria Diretoria trabalhou para que não desse, e alguns diretores, inclusive, no horário da Assembleia permaneceram na sede da ADURN, e não no local onde a mesma se

realizava. Naquele dia, à tarde, saiu um boletim da ADURN dizendo que não houve Assembleia por falta de quorum, informando também que ninguém da Diretoria iria ao Congresso. Os professores que foram até o local em que se realizaria a Assembleia, diante da atitude desrespeitosa da presidente da S.Sind., assinaram uma Moção de Repúdio, explicitando críticas quanto à postura da atual Diretoria da ADURN. No entanto, achamos que isso era pouco e que era preciso chamar uma nova Assembleia. Para que ela se efetivasse, tínhamos duas possibilidades: metade mais um do Conselho de Representantes, ou 10% da categoria. Isso em uma quinta-feira à tarde, véspera de Carnaval! Então, decidimos fazer o seguinte: coletar a assinatura dos sindicalizados, exigindo a convocação de nova Assembleia. A Diretoria teria, então, 72 horas para convocá-la, caso contrário, poderia ser destituída. Ninguém acreditava que conseguiríamos reverter esse quadro. Tínhamos como prazo a noite de quinta-feira e a manhã do dia seguinte, pois às 13h daquela sexta-feira o expediente da ADURN seria encerrado. Tivemos a atuação de companheiros como Raimundo, Cristina e de outras pessoas guerreiras, que, em seis horas de trabalho, coletaram 284 assinaturas. Isso foi uma surpresa

para a Diretoria da ADURN! Nova Assembleia foi convocada e tivemos 99 pessoas assinando a lista de presença e mais cinco ou seis pessoas que participaram da reunião. Muito mais do que precisávamos, certamente. A manifestação da nossa base foi muito significativa.

Raimundo: Isso revitalizou nosso Sindicato. Esse grupo que está tentando se organizar para atacar o ANDES-SN tem quase dez anos, acreditamos. Muitas vezes, quando estávamos em greve, e defendíamos as nossas reivindicações, a oposição estava negociando na Câmara e no Senado, mesmo não sendo nosso representante legítimo, como é o ANDES-SN. Então, essas ações já acontecem há algum tempo, já que eles sempre quiseram negociar proposições que as bases rejeitaram - como foi o caso da GED (Gratificação de Ensino à Docência). Hoje, os opositores ao ANDES-SN contam cada vez mais com o apoio do governo, que visa enfraquecer o movimento. Acredito, contudo, que atingiremos novamente maior mobilização da categoria, por meio das informações que passamos à base, que terá oportunidade de ver o que está acontecendo realmente. Foi exatamente isso que aconteceu na ADURN.

Almir: O Proifes, por exemplo, se intitula democrático, mas não realiza Assembleias. Faz consultas virtuais aos seus “filiados”, sendo estes, membros de

cinco ou seis Associações de Docentes. Como exemplo da não representatividade desse grupo, em junho do ano passado, eles realizaram um encontro nacional em Caldas Novas (GO) – uma instância hidromineral, que não tem Universidade. A estadia e o transporte ficaram por conta da Direção do Proifes... Com que dinheiro? Aqui, no ANDES-SN, todos nós contribuimos para realizar um evento, contando com a colaboração financeira da base. Bem, mesmo tendo realizado um evento em uma cidade turística, com todas essas benesses, sabe quantos delegados foram? Apenas seis! Então, esse grupo não tem legitimidade para representar os docentes. Essa função compete ao ANDES-SN.

Depois da realização da Assembleia, como transcorreu o processo para que a delegação da ADURN comparecesse ao Congresso?

Almir: Bem, na nossa Seção Sindical, cada delegado tem que apresentar uma tese, sendo que ele deve conseguir, pelo menos, vinte assinaturas de apoio. Se forem dois signatários na tese, são mais cinco assinaturas de apoio, e assim sucessivamente, de acordo com o número de proponentes da tese. Nosso grupo apresentou tese, algumas pessoas da Diretoria da ADURN apresentaram tese também. As propostas foram para a Assembleia, houve votação, e aprovou-se a delegação que participaria do evento: Professores Raimundo Nonato, Maria Cristina de Moraes, Ibraci Maria



Fernandes, João Wanderley e Maria Goretti Cabral. Uma observação importante é que temos conseguido nos aproximar dos filiados também, ainda que não tenhamos comunicação oficial. Temos dificuldade para conversar com nossos colegas, no Sindicato. Não a conversa de corredor, mas a conversa política. Um jornal de oposição que editamos teve pouca penetração, porque as pessoas partem da premissa de que só vão encontrar briga política de “turma contra turma”. Criamos, então, o que chamo de BOP (Boletim de Ocorrências Políticas) – claro que o nome é uma brincadeira, em cima do Boletim de Ocorrências Policiais. Toda quinta-feira, fazemos uma espécie de *clipping*, com cinco ou seis artigos, com temas diversificados, dos jornais de grande circulação, dos alternativos e revistas e damos uma formatação que torne atraente a leitura. Converso com o docente e pergunto se posso enviar o BOP para o e-mail dele. Todos os e-mails são enviados depois que faço esse convite pessoal ao professor. Isso é importantíssimo! O BOP, nosso boletim, tem sido um canal para nos aproximarmos da categoria.

Raimundo: O espírito de luta não é inerente a todos. Sofremos muitos revezes nesses últimos anos, porque não trabalhamos em causa própria somente, mas também para nossos filhos e nossos netos. Temos necessidade de mobilizar a categoria.

Quais as avaliações sobre o episódio ocorrido na ADURN e sobre a participação da delegação da AD no Congresso do ANDES-SN?

Almir: Nossa avaliação é que os docentes da UFRN não estão desinteressados do que ocorre no sindicato como muitos pensavam e que existe um número, que não é pequeno, disposto a defender o ANDES SN e a nossa Seção Sindical, mantendo a democracia, autonomia e independência em relação a governos, reitorias e/ou partidos políticos. Não estamos sós. Quanto a participação da delegação da ADURN no Congresso foi muito positiva, com a tese defendida pela delegação sendo incorporada aos encaminhamentos aprovados no evento e pelo reconhecimento dos delegados das outras S.Sind. de que a nossa luta para participar no congresso serve como exemplo de que o trabalho de base jamais pode ser abandonado.

A mensagem que fica é de que com organização, unidade, força de vontade e dedicação podemos enfrentar e vencer os desafios que a vida nos lança a cada momento.

Almir Menezes

ADURN INFORMA PÁGINA 5

Decanato realiza novo debate sobre políticas de ações afirmativas e reserva de vagas em Universidades

O Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro promoveram um debate sobre políticas afirmativas e reservas de vagas (cotas) para alunos negros, índios e oriundos de escolas públicas em Instituições de Ensino Superior (IES), no último dia 24 de abril.

A iniciativa foi mais uma das atividades realizadas pela UFRRJ para recepcionar os calouros do primeiro semestre deste ano.

O debate sobre políticas de ações afirmativas foi travado entre o estudante de Direito da Universidade Federal de Tocantins, Bruno de Oliveira Elias, e o Prof. Francisco Carlos Duarte Vitória, do Departamento de História do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da Universidade Federal de Pelotas, e mestrando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta foi a segunda vez que o docente veio à UFRRJ para discutir sobre o tema, já que participou de outro debate, também realizado pelo DEG, em 15 de março.

Inicialmente, o estudante de Direito Bruno de Oliveira Elias apresentou suas considerações sobre o assunto, explicando porque era favorável a implementação da política de cotas nas Universidades.

UFRRJ recepciona calouros com Aula Magna

A cada novo semestre, a Administração Superior da UFRRJ organiza uma aula magna diurna e outra noturna para dar boas-vindas aos calouros. O Reitor Ricardo Motta Miranda e a Vice-Reitora Ana Maria Dantas saudaram os novos alunos da UFRRJ, ressaltando a importância de se estudar em uma instituição pública que preze por ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Além dos professores Ricardo Miranda e Ana Dantas, a mesa, pela manhã, foi composta pelos Decanos Azarias Machado de Andrade (Assuntos Estudantis), Nídia Majerowicz (Ensino de Graduação), José Claudio Souza Alves (Extensão), pelo Prof. Francisco de Assis da Silva – que representou a ADUR-RJ – e por um representante discente. À noite, que contou com a palestra da Profa. Elisa Guaraná, a ADUR-RJ foi representada pela Profa. Célia Regina Otranto.



De acordo com Bruno de Oliveira Elias, os alunos que vêm de escolas públicas não têm a mesma condição de competirem com estudantes do ensino particular, devido ao caráter excludente e desigual do vestibular.

Para ele, a política de cotas pode auxiliar a corrigir essa defasagem, e possibilitar que alunos do ensino público possam dar prosseguimento aos seus estudos em instituições públicas.

Já o Prof. Francisco Carlos Vitória apresentou posicionamento contrário ao apresentado pelo discente. Para ele, é preciso compreender a perversidade que está por trás da política de cotas, já que ela atende a uma parcela pequena da população, excluindo grande maioria que poderia ser beneficiada por um ensino público de qualidade.

Segundo o Prof. Francisco Vitória, a política de cotas se relaciona com a nova

ordem mundial, que está atrelada ao neoliberalismo e aos interesses do capital privado. Ele também explicou que, tendo em vista tal conjuntura, o ANDES-SN, em seu último Congresso, posicionou-se contra a política de cotas, manifestando-se a favor da política de ações afirmativas – que não se restringem à reserva de vagas.

Após a exposição dos palestrantes, o plenário pode fazer perguntas ou expor suas opiniões sobre o tema.

A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Célia Regina Otranto, que assistiu ao debate. A Associação de Docentes da UFRRJ novamente parabeniza o DEG e o DCE pela iniciativa, acreditando que a discussão com a comunidade é a melhor forma de ampliar a percepção e tomar decisões a respeito de um assunto tão importante para a Universidade.



Como vencer o labirinto neoliberal?

O neoliberalismo é um labirinto. Uma vez que se aceite cruzar seus corredores, não se sai deles. As alternativas são dadas dentro do próprio labirinto. Taxas de juros menores? Superávit fiscal menor? Desvalorização do real? Todos são objetivos – por meritórios que sejam – internos ao modelo, ao labirinto.

Como se sai de um labirinto? Por cima. Saindo de seus corredores, redefinindo o sentido das políticas de governo.

No nosso caso, retomar o desenvolvimento econômico e social como norte fundamental do governo, em função do qual tem que redefinir seu papel as outras políticas de governo. Significa ter uma política monetária subordinada a esse objetivo estratégico e, portanto, terminar com a dependência real que assumiu o Banco Central. *Significa definir metas sociais, com acompanhamento regular de uma comissão com participação dos movimentos sociais, para controlar os passos do governo e contribuir para sua realização.*

Mas para sair do labirinto, é preciso retomar pelo menos dois temas, até aqui desconhecidos ou subestimados: o tema do Estado e o do imperialismo. Retomar o tema do Estado é redefinir sua função indutora das políticas de governo, explicitamente, não para fortalecer seu aparato em si mesmo, mas para fortalecer a dimensão pública do Estado.

Provavelmente será necessária uma nova Assembléia Constituinte, que refunde o Estado brasileiro, desmercantilizando-o e refundando-o em torno da esfera pública e dos interesses da maioria da população, para o qual será indispensável introduzir na Constituição a questão do Orçamento Participativo.

O outro tema é o da hegemonia imperial no mundo, com todas duas dimensões: dominação econômica, tecnológica, política, militar, cultural. Da mesma forma que temos que sair da dominação do reino do dinheiro, saindo do modelo neoliberal, temos que trabalhar ativamente – a começar por fortalecer os processos de integração regional –, mas também *trabalhar, dentro e fora do Brasil, na luta contra a hegemonia imperial.*

Assumir que o imperialismo é o elemento mais determinante no mundo contemporâneo, que sem essa compreensão não se pode compreender os temas fundamentais do mundo, da América Latina e do Brasil e atuar nessa direção.

É nessa direção que podemos dizer que estaremos rompendo com o neoliberalismo e sua lógica mercantil e imperial.

FONTE: Blog do Emir Sader

Docentes que serão ressarcidos por pagamento indevido do Plano de Saúde da Unimed - Costa Verde

Os professores cujos nomes aparecem na listagem abaixo devem se dirigir, por favor, à sede da ADUR-RJ S. Sind. para receber a diferença que foi cobrada a mais, no período de maio de 2005 a abril de 2006, do Plano de Saúde Unimed Costa Verde. Caso seu pagamento já tenha sido efetuado, por favor, desconsidere seu nome.

Certos de sua compreensão, desde já agradecemos.

A Diretoria e a Comissão de Saúde

- ALENCAR VICENTE BARBINOTO
- ALEXANDRE H. BORGES DE ARAUJO
- ALOISIO JORGE DE JESUS MONTEIRO
- ARIANE LUNA PEIXOTO
- AUREA ECHEVARRIA NEVES LIMA
- CARLOS EDUARDO DA SILVA COSTA
- CARLOS FERNANDO DOS S. BAPTISTA
- CARLOS PIMENTEL
- CERES MAIRA REZENDE GOMES
- CESARE ANTONIO MARIA PACE
- FERNANDO AUGUSTO CURVELLO
- FERNANDO A. CASTANHEIRA
- FERNANDO MAHADO MELLO
- FERNANDO QUEIROZ DE ALMEIDA
- FRANCISCO ADEMAR COSTA
- FRANCISCO BENEDITO R. FILHO
- FRANCISCO CARLOS DONATTI
- FRANCISCO DE ASSIS BARONI
- FREDERICO ARGOLLO VANDERLINDE
- FUJIO AKIBA
- GABRIEL ARAUJO DOS SANTOS
- GENEROSO MANOEL CHAGAS
- GEOVAM DA SILVA SOUZA
- GERSON LUIZ VIEIRA COELHO
- GISELE MARIA COSTA SOUZA
- GLORIA MARIA DIREITO
- HEBER DOS SANTOS ABREU
- HECTOR ALBERTO ALIMONDA
- HEITOR FERNADES M. FILHO
- HELENA REGINA PINTO LIMA
- HERIBERTO DIAS DA SILVA
- HUMBERTO MACHARETTI
- HUMBERTO MENDONÇA DA SILVA
- JESUS MARTIN PEREZ
- JOANES DE OLIVEIRA DIAS
- JOÃO BATISTA NEVES DA COSTA
- JOÃO EDUARDO DAS N. MANHÃES
- JOÃO GONÇALVES BAHIA
- JOÃO IRINEU WITTMANN
- JOÃO SEBASTIÃO DE P. ARAUJO
- JOÃO VICENTE DE F. LATORRACA
- JOHN CUNHA COMERFORD
- JORGE CARLOS DIAS DE SOUZA
- JORGE LUIZ A. DE ARMADA
- JORGE LUIZ DA SILVA GROSSI
- JORGE LUIZ PIMENTA MELLO
- JORGE MITIYO MAEDA
- JOSE CAMILO CAMOES
- JOSE CAVALCANTE DE ARAUJO
- JOSE CLAUDIO SOUZA ALVES
- JOSE HORTA FERREIRA ROSA
- JOSE MIGUEL PETERS GARCIA
- JOSE PAULO DE SOUZA
- JOSE ROBERTO B. DA SILVA
- JULIO HOKAMA
- LAERTE DA CUNHA AZEREDO

- LENICE FREIMAN DE OLIVEIRA
- LENIR CARDOSO PORFIRO
- LIDIA MIYAKO YOSHI OSHIRO
- LILIANA FAY
- LUCIANA DE AMORIM NOBREGA
- LUCILIA A. LINO DE PAULA
- LUIZ ELIAS Q. SAMANIEGO
- LUIZ OTAVIO NUNES DA SILVA
- LUIZ ANTONIO PEREIRA
- LUIZ FELIPE C. GRAEFF VIANA
- LUIZ FLAVIO CARVALHO COSTA
- LUIZ HOLENDER
- MAGDA MARQUES DE CARVALHO
- MANOEL BARROS DA MOTTA
- MARCELO ABIDU FIGUEIREDO
- MARCELO ALMEIDA BAIRRAL
- MARCELO DIB CRUZ
- MARCELO SALES MOFFATI
- MARCO A. GUIMARAES DA SILVA
- MARCO ANTONIO MUCHALUAT
- MARCO E. FREIRE DE LIMA
- MARCOS GERVASIO PEREIRA
- MARCUS PEIXOTO
- MARIA AMELIA CURVELLO
- MARIA CRISTINA A. LORENZON
- MARIA DE FREITAS CAMPOS
- MARIA DIANE DA S. MENDONÇA
- MARIA DO CARMO U. L. BRANDAO
- MARIA GERALDA DE CARVALHO
- MARIA HILDE DE BARROS GOES
- MARIA IGNEZ C. FERREIRA
- MARIA JOSE DA COSTA
- MARIA LUISA MENDES TEIXEIRA
- MARIA MERCEDES T. DA ROSA
- MARIANGELA DA SILVA GUAJARA
- MARINA ALVES DA COSTA
- MARIO GERALDO DE CARVALHO
- MARLENE DE F. BRITO QUEIROZ
- MARLENE DE MELO MALAFAIA
- MARLY CARVALHO BAFFA
- MAURICIO B. PEREIRA
- MAURO ANTONIO H. ANTUNES
- MILIANE M. SOARES DE SOUZA
- MOACYR PERES MURY
- MONICA A. DELRIO BENEVENUTO
- NEA ALCINA DA SILVA LEITE
- NELSON MAZUR
- NELSON BRASIL DO A. SOBRINHO
- NELSON SOLEY
- NIDIA MAJEROWICZ
- ODETE M. CARNEIRO MUCHALUAT
- PATRICIA OLIVEIRA DE FREITAS
- PAULO CESAR PARGA RODRIGUES
- PAULO CESAR R. CASINO
- PAULO ESTEVAM DE BARROS
- PAULO JANSEN DE OLIVEIRA



- PAULO ROBERTO DA SILVA
- PEDRO ANTONIO M. MALAFAIA
- PEDRO GERMANO FILHO
- RAFAEL BARBOSA DA SILVA
- RAIMUNDO BRAZ FILHO
- REGINA ANGELA LANDIM BRUNO
- REGINA CELI C. CONEGLIAN
- RENATO G. CASTANHEIRA
- RENATO LUIS P DE SOUZA
- RENATO SERGIO JAMIL MALLUF
- RICADO MOTTA MIRANDA
- RICARDO CRIVANO ALBIERI
- RITA DE CASSIA A. A. DE MENEZES
- ROBERIO RODRIGUES NUNES
- ROBERTO CAMPOS
- ROBERTO CARLOS COSTA LELIS
- ROBERTO DE XEREZ
- RONALD BASTOS FREIRE
- ROSANA FRUJUELLE
- ROSANA PINTO PLASA SILVA
- RUBENS NEI BRIANCON BUSQUET
- RUI SOUZA DE PAULA
- SEBASTIÃO NEVES SERRANO
- SERGIO DE CASTRO VALENTE
- SERGIO PEREIRA LEITE
- SILAS VARELLA FRAIZ JUNIOR
- SILVANA GONÇALVES DE PAULA
- SOLANGE VIANA P.B. BRANDOLINI
- SONIA MARIA DE BRITO MARQUES
- SONIA OLIVEIRA DO AMPARO
- SONIA REGINA DE SOUZA
- SONILDES L. VIEIRA PINHO
- SORAYA ALMEIDA
- SUELY DE OLIVEIRA SCHUSTOFF
- SUZETE MARIA M. J. ALBIERI
- TANIA REGINA FROTA V. DIAS
- TERESINHA T. DE OLIVEIRA
- TOKITIKA MORAKAWA
- UMBERTO V. DE ANDRADE
- VALERIA RUSHID TOLENTINO
- VALTER CORREA LUIZ
- VERA LUCIA BARROS PICCININI
- VERA LUCIA DA MOTTA
- VERA LUCIA TEIXEIRA DE JESUS
- VERA MARIA R. RABELO PINTO
- VICTOR CRUZ RODRIGUES
- VICTOR MARCOS RUMJANEK
- VIRGILIO ROMA DE OLIVEIRA
- WALMIR JOSE VIEIRA
- WALTON FARIAS BRAGA
- WELLINGTON DA SILVA CORTES

ADUR INFORMA PÁGINA 6

Contra as reformas neoliberais de Lula

No dia 25 de março de 2007, cerca de seis mil participantes, de diversos movimentos sociais e sindicais de todas as regiões do país, reuniram-se no Ginásio Mauro Pinheiro (SP).

O encontro teve como objetivo organizar a luta para manter e ampliar direitos da classe trabalhadora e a construção da unidade em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas. Nele foi constituído o Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais, cujo objetivo é lutar contra estas reformas, em defesa dos direitos previdenciários, sociais, sindicais e trabalhistas. Na ocasião, foi aprovado um calendário unificado de lutas, e o seguinte Plano de Ação:

Contra a Reforma da Previdência e demais reformas neoliberais (sindical e trabalhista, universitária e tributária): É parte constitutiva da luta contra as reformas a denúncia e a resistência contra as medidas que já foram ou estão sendo adotadas pelo governo e que afetam os direitos dos trabalhadores: a alta programada; o fator previdenciário; retirada do caráter previdenciário da prestação continuada paga aos que se aposentam por idade e pobreza (que atinge principalmente as aposentadorias de trabalhadores rurais); a mudança nos critérios para concessão do auxílio doença; medidas contidas no projeto da Super-Receita; no Super-Simples, etc.

Contra a política econômica de Lula
- Contra o pagamento das Dívidas Externa e Interna; mais investimentos na saúde, educação, saneamento, etc;
- Emprego – redução da jornada de trabalho; proteção contra demissão imotivada (conv. 158 da OIT); Aumento do Salário Mínimo e das Aposentadorias;
- Em defesa do direito à moradia;
- Reforma Agrária;
- Retirada dos vetos do Plano Nacional da Educação;
- Contra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC);
- Defesa dos Serviços Públicos;

Contra a privatização
- Anulação do Leilão de privatização da Vale do Rio Doce; Fim dos Leilões das reservas de petróleo da Petrobrás/Anulação dos Leilões já feitos/ nacionalização de todos os recursos naturais do país;
- Não à venda das ações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal;
- Contra as Parcerias Público-Privadas;

Contra a transposição do Rio São Francisco

Contra toda forma de discriminação e opressão FONTE: Conlutas

ADUR INFORMA PÁGINA 7

Dia Nacional de Lutas dos SPF movimentou o RJ



Em 17 de abril, milhares de trabalhadores saíram às ruas em todo o país para protestar contra as políticas neoliberais do governo Lula. Foi o Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais pela Campanha Salarial 2007, Dia de Mobilização nas Universidades contra a Reforma Universitária, e o início da semana de mobilizações contra a violência no campo. Também foi o Dia Nacional de Luta pela Terra, lembrando os onze anos do massacre de Eldorado de Carajás (Pará).

O Dia Nacional de Luta contra as reformas neoliberais, pela reforma agrária e em defesa dos serviços públicos foi uma das ações decididas no Encontro Nacional, ocorrido em 25 de março, em São Paulo.

A Presidente da ADUR-RJ, Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar, e o Primeiro Vice-Presidente da Associação, Prof. Lenício Gonçalves, participaram das manifestações do dia 17 de abril. A concentração aconteceu na Av. Presidente Vargas e a passeata seguiu em direção à Cinelândia. A manifestação reuniu centenas de pessoas, contando com representantes do ANDES-SN, do Sinasefe, do SINTUR e professores e técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim como membros de outros sindicatos de classes. Políticos conhecidos na cidade, como Milton Temer, o deputado Babá, e Cyro Garcia também participaram do ato.

Exigir negociações com o governo federal

Recentemente, representantes do ANDES-SN participaram da reunião com Sérgio Mendonça, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Entidades que compõem a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais) e outras conduzidas pela CUT participaram da reunião na qual Mendonça deixou claro que o PAC

(Programa de Aceleração do Crescimento) será o limite da “negociação” que o governo pretende estabelecer com os servidores.

Na avaliação dos representantes do ANDES-SN, a reunião teve um início animador, no entanto, novamente resultou numa grande frustração para os servidores públicos federais, pois o governo não abriu qualquer espaço para a negociação da pauta de reivindicações protocolada na Casa Civil.

O pacote limita a 1,5% ao ano o crescimento real (já descontada a inflação) da folha de salários da União até 2016. Na prática, isso significa o congelamento de salários por dez anos. O Secretário de Recursos Humanos sequer tinha conhecimento da pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, onde incluem-se os docentes, protocolada na Casa Civil no último dia 17 de março, quando foi lançada nacionalmente a Campanha Salarial de 2007.

Luiz Henrique Schuch, Secretário-Geral do ANDES-SN, utiliza a seguinte metáfora para traduzir o sentimento dos sindicalistas após a reunião com o governo: “É como se o governo nos convidasse para construir uma casa já declarando que ninguém vai morar nela”.

Servidores se opõem ao PAC e lutam em defesa da Universidade pública

O Programa de Aceleração do Crescimento do governo Lula significa um ataque mais profundo aos direitos dos trabalhadores, já que restringe os gastos do Estado com pessoal, e com a folha de pagamento.

Para Cristina Miranda, Diretora do Andes-SN (Regional Rio), além do PAC, é preciso enfrentar a Reforma Universitária de Lula: “Além das outras reformas, somos especialmente contra a universitária, que pretende transformar as universidades em “escolões” de 3º grau com ensino a distância. Queremos construir uma universidade para os filhos dos trabalhadores”, ressaltou. “Espero que possamos fazer do 1º de maio um ato tão bonito e unitário como fizemos aqui hoje”, acrescentou a docente referindo-se à Manifestação do Dia dos Trabalhadores.

De modo geral, os participantes ressaltaram a importância da união entre os trabalhadores do campo e da cidade, que se opõem radicalmente às reformas neoliberais do governo Lula e à sua política cada vez mais atrelada aos interesses dos grandes banqueiros. Eles contestaram as atitudes do governo, que em detrimento dos direitos constitucionais – saúde e educação públicas e de qualidade – do acesso à terra e às melhores condições de trabalho e de vida, tem favorecido o capital privado e os grandes empresários. *

Com informações de ANDES-SN e da ADURRJ

Campanha Salarial 2007

Os servidores públicos federais protestaram também, em 17 de abril, pela abertura das negociações da pauta de reivindicações, protocolada em meados de março junto ao governo federal. Na avaliação dos representantes da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais), somente com a mobilização conjunta da categoria do funcionalismo público as reivindicações serão atendidas, pois o governo ainda não abriu nenhuma possibilidade de negociação. Em vez disso, já deixou claro que vai impor o PAC, que congela os salários dos servidores e, ao mesmo tempo, pauta uma lei que pretende restringir o direito à greve.

Confira os eixos da Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais em 2007:

• Estabelecimento de uma política salarial que valorize o vencimento-base, com incorporação das gratificações e que promova a recomposição salarial correspondente ao período de janeiro de 1995 a dezembro de 2006;

• Incremento salarial agregado ao índice inflacionário;

• Correção das distorções salariais;

• Isonomia salarial com definição de um piso para todo o serviço público, bem como isonomia de todos os benefícios pelo valor mais alto pago no serviço público;

• Estabelecimento de 1º de maio como data-base da categoria;

• Retirada do projeto de Lei Complementar 01/2007;

• Fim das terceirizações e contratos temporários com abertura imediata de concursos públicos e abertura de novas vagas;

• Institucionalização do direito à negociação coletiva;

• Implantação das Diretrizes de Planos de Carreira;

• Garantia de paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Com informações do ANDES-SN

1º de maio: trabalhadores se mobilizam no país

No dia 1º de Maio aconteceram manifestações classistas em todos os estados pelo *Dia Internacional de Luta* da classe trabalhadora. Serão manifestações combativas, de protesto contra a Reforma da Previdência preparada pelo governo Lula e contra a atual política econômica.

Nas ruas, estavam as bandeiras da luta pela reforma agrária, pela

moradia digna para todos, pela valorização do salário mínimo, das aposentadorias, por mais empregos, e pela redução da jornada de trabalho sem prejuízos de salários. Os manifestantes também lutavam em defesa do direito de greve e contra toda forma de discriminação e opressão nas relações de trabalho. O ato também criticou o Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC), e contra o congelamento e redução do salário dos servidores federais.

A ADUR-RJ entende que no dia 1º de maio não houve o que se comemorar, mas deseja prestar sua homenagem aos homens e mulheres que desempenham suas funções com dedicação e dignidade.

“Cada um de nós compõe a sua própria história. E cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz”. (Renato Teixeira)

Babá: “combater a política neoliberal de Lula”

Qual a importância desse ato público de 17 de abril?

Babá: Essa manifestação tem como marco a chacina de Eldorado dos Carajás, que completa onze anos em 17 de abril. Os trabalhadores continuam morrendo no campo e não é feita a Reforma Agrária e o Lula permanece dando continuidade a política do neoliberalismo. Lula tem atacado os trabalhadores na cidade e no campo. Essa marcha tem como objetivo a unificação de trabalhadores, dos mais diferentes setores, para lutarem contra o Plano de Aceleração do Crescimento - que, em nosso entender, serve apenas para favorecer aos banqueiros, ao agronegócio das multinacionais, atacando profundamente os servidores públicos federais. Os SPFF terão seus salários congelados por dez anos, que terão, na verdade, por todo esse período apenas 1,5% acima da inflação. No entanto, isso não acompanha a realidade, do custo de vida, e isso não podemos aceitar.

Também nos posicionamos contra a terceira etapa da Reforma da Previdência, que pretende ampliar o tempo de aposentadoria de homens e mulheres para 65 anos. Além disso, o governo nos ataca ainda com a sua Reforma Trabalhista, ferindo conquistas que ainda resistem ao neoliberalismo, como: férias, 13º salário, FGTS e auxílio maternidade.

O PAC segue as orientações dos banqueiros, do empresariado nacional, das multinacionais, e a nossa resposta, a dos servidores públicos federais, virá das ruas, com as manifestações, com as greves e com nossa resistência.

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.”

Bertolt Brecht

Neste momento, é fundamental haver unidade de todos os trabalhadores, nacionalmente, para combatermos as reformas neoliberais do governo Lula.

Você acha que temos mais chances de conseguir algum ganho, nos mobilizando agora? Este é o momento da luta política?

Babá: A frente quente latino-americana - que hoje já alcança países como Venezuela, Equador, dentre outros - ainda não havia atingido o Brasil, pois o governo Lula tentou impedir nossa mobilização, criando várias barreiras. Hoje, sabemos que existe um “sindicato” à serviço do governo, nascido na última greve docente, com o objetivo de dividir os trabalhadores e emperrar as negociações com o governo. Eu também sou professor universitário e sei como estamos sendo desrespeitados pelo governo federal há muito anos. Então, esse é o momento de unificarmos a luta, de enfrentarmos o PAC para que não tenhamos nossos salários estagnados. Essa é a hora de pensarmos em unificar a nossa luta, defendendo nossa pauta de reivindicações. Nossa luta também tem que ser contra as reformas neoliberais. E hoje, vejo que a frente quente latino-americana começa a chegar no país, possibilitando maior mobilização. Vemos que o PAC é a aplicação da política neoliberal do governo Lula, que ainda não desistiu de perpetuar seu ataque aos trabalhadores, ao ensino público, às Universidades.*



O Deputado Babá conversou com o ADUR Informa durante a Marcha do dia 17 de abril, expressando seu descontentamento com o PAC e com a política neoliberal de Lula da Silva.

Expediente

Adur Informa

Associação dos Docentes da UFRuralRJ
End.: Rod. BR 465, Km 7
Campus da UFRRJ - Seropédica (RJ)
CEP: 23.851-970 - Caixa Postal: 74.537
Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464

E-mails: adurj@adur-rj.org.br ou
imprensa@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães.

Redação e diagramação: Aline Pereira
(Reg. Profissional 25163 Mtb)

Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares

